

• Constituinte

MANDATO

Costa Couto afirma que Sarney não fala em reforma ministerial

por Elaine Lerner de Brasília
O presidente José Sarney não deverá fazer mudanças em seu ministério em decorrência do apoio recebido dos 328 constituintes de cinco anos. Um assessor próximo ao presidente acredita que todas as modificações necessárias já foram feitas e todos os ministros que permanecem estão totalmente identifica-

lidar a transição democrática", como o próprio presidente tem afirmado em seus últimos pronunciamentos. Ao ser perguntado se o presidente não está sendo pressionado por parlamentares para iniciar uma troca de cargos, Costa Couto disse apenas que "governar democraticamente é administrar pressões e dar sinal vermelho a tudo o que não for conveniente para o País".
Costa Couto explicou, também, que para compor o ministério, Sarney leva em conta o desempenho e a contribuição de cada um. Segundo ele, competência e confiança política devem "andar juntas". O ministro finalizou afirmando que o presidente vai investir "cada vez mais na paz e no exercício da paciência. Não pensem vocês que é fácil governar o País, enfrentando a oposição competente da esquerda e da extrema-direita".

Para Mailson, haverá mais tranquilidade na economia

por Daisi Irmgard Vogel de Florianópolis
O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, disse ontem que a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney traz maior tranquilidade aos agentes econômicos e favorece a continuidade das ações iniciadas pelo governo para a redução do déficit público, que deve cair para 4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e para 2% no ano que vem.
A declaração foi feita após a participação do ministro no II Ciclo de Debates sobre Política Econômica, realizado em Florianópolis pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e pelo Centro de Comércio Exterior (Cecesc).
Os empresários presentes ao evento também de-

monstraram, unanimemente, satisfação de verem resolvida a questão do mandato presidencial, uma dúvida que era considerada um empecilho à definição da economia do País.
"A questão do mandato, assim como o acerto técnico com o Fundo Monetário Internacional (FMI), representam dois problemas fundamentais resolvidos. Sem eles, o País pode voltar a trabalhar", afirmou o superintendente da EMBRACO, de Joinville, Rodolfo Bertola.
"Mas do que a questão de serem quatro ou cinco anos, o que nos satisfaz é a solução de um impasse, de uma dúvida", declarou por sua vez Milton Fett, presidente da FIESC. Em seu parecer, a definição do mandato representa um novo espaço para o governo fazer seu planejamento e definir a política industrial.

Pemedebistas começam discutir os estatutos do novo partido

por Ascânio Seleme de Brasília
Uma reunião com 42 parlamentares selou definitivamente o destino do PMDB. Na tarde de sexta-feira, começou a nascer o novo partido de Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga, Franco Montoro e outros tantos dissidentes de peso do partido de Ulysses Guimarães.
O encontro serviu para que fossem discutidos o estatuto, o programa e a futura sigla do partido em formação. O deputado Pimenta da Veiga, porta-voz do grupo, adiantou que o partido nasce com um caráter de social democracia, baseado na ética e na modernidade da ação política. Pimenta garante que a agremiação terá estrutura permanente e, já no próximo ano, apresenta uma alternativa para a eleição presidencial.
Com relação às eleições municipais previstas para novembro próximo, Pimenta informou que o novo partido pode disputar em algumas cidades para marcar posição. O próprio Pimenta da Veiga é um can-

Liderança colocada à disposição

por Ana Cristina Magalhães de Brasília
O senador Mário Covas colocou na sexta-feira o cargo de líder do PMDB na Constituinte à disposição da bancada. Diante de um plenário quase vazio, Covas disse que não estava saindo da liderança, já que ele mesmo havia pedido esse cargo, mas achava correto que a bancada colocasse em seu lugar um homem mais identificado com o PMDB nesse momento.

"Hoje eu estou completamente dessintonizado com a maioria do partido, eu penso diferente da maioria e isso invalida a liderança", afirmou.
O motivo que alegou para essa declaração foi a ética. Na sua opinião, a decisão de deixar o partido já havia sido comunicada ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, há dois meses. A data ainda não está marcada, mas segundo Covas a sua saída deve ocorrer "na pior das hipóteses quando termi-

nar a Constituinte". Decidido a se afastar do PMDB, Covas disse que era ético dar conhecimento dessa decisão à bancada para que ela, se desejar, busque desde logo uma nova liderança.
O deputado Ulysses Guimarães, depois de se dizer suspeito para falar sobre Covas, por se considerar seu amigo e admirador há muitos anos, pediu ao senador que não abandonasse a liderança até o final dos trabalhos da Constituinte.

didato declarado à prefeitura de Belo Horizonte. Em São Paulo, a candidatura de Franco Montoro pode ser viabilizada, e no Rio de Janeiro, o deputado Artur da Távola aparece como um prefeitável de respeito.
A grande novidade da reunião da sexta-feira foi a presença do senador Mário Covas. O líder do PMDB na Constituinte, que na manhã de sexta colocara o cargo à

disposição do partido, foi saudado com palmas de quase um minuto quando entrou na sala da reunião. Covas garantiu que não permanece no PMDB depois de concluída a nova Constituição. Para ele, a tendência natural é o novo partido que está sendo ali-

Neste encontro, serão aprovados o estatuto e o programa partidários que já estão sendo discutidos. Ele servirá também para definir a sigla da agremiação. Três nomes surgem com maiores chances: Partido da Social Democracia Brasileira, Partido da Renovação Democrática e Partido Popular Progressista. O primeiro nome, segundo Pimenta, é o que tem simpatia da maioria do grupo.

Britto ainda tem esperanças

por Flávio Porcello de Porto Alegre
O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antônio Britto (PMDB-RS), disse na sexta-feira em Porto Alegre que cada vez maior o número de dissidentes dispostos a deixar o partido, especialmente agora, com a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Mas acrescentou que há uma "última esperança" de permanência no partido: a convenção nacional do dia 21 de agosto.

"Se for possível mudar o PMDB, alterando o programa e obrigando todos a cumpri-lo, será possível continuar. Mas, com todo o respeito à pessoa do dr. Ulysses, é preciso dizer que ele também terá de mudar, rever algumas posições."
Britto acentuou que a convenção nacional será "a oportunidade de se pôr fim à falta de identidade do partido", e que para a mudança dar-se efetivamente é fundamental a realização de eleições para formar a executiva. "Não é acordo nem chapa única, é eleição

mesmo, com chapas inscritas e propostas definidas."
Lembrando da última votação da Constituinte, com a expressiva vitória do "Centrão" na escolha do tempo de mandato do atual presidente, Britto afirmou que esta é mais uma razão para decidir o futuro do partido na convenção. "Vence quem for a maioria."
Parlamentar muito ligado politicamente ao líder do PMDB na Constituinte, o deputado gaúcho relatou ter apelado na madrugada de quinta-feira a Mário Co-

vas para que ele não deixasse o partido antes de terminada a elaboração da nova Carta Constitucional.
Britto advertiu ainda que "em nenhum momento antes se viveu uma ameaça tão séria como a que existe agora contra a realização das eleições municipais neste ano. O governo federal e seus aliados estão jogando em várias frentes para obter o adiamento. Eu acredito nas eleições e por isso estou fazendo este alerta de que há interesses muito fortes lutando contra as eleições".

Miguel Arraes agora, o imposto o futuro do PMDB

por Milton Wells do Recife
O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, encanou a decisão da Assembleia Nacional Constituinte relativa ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney com ironia. Sem surpresas, Arraes disse que já esperava o resultado, embora defendesse um período de quatro anos. Passado o episódio, ele disse que "a grande questão" a ser resolvida será o futuro do PMDB, partido que, em sua opinião, estará diante de uma crucial pergunta: "O que fazer?". Para ele, o destino do PMDB deverá ser mesmo traçado pela convenção nacional, onde será discutido como o partido poderá resgatar "as bandeiras progressistas que empenhou durante o regime militar".
Ele mesmo, embora considere prematura a formação de um novo partido, não descarta a possibilidade de aderir: "A convenção resolverá muita coisa", disse o governador. "E quanto a ser ou não do PMDB, não posso adotar um comportamento semelhante àquele de ser Flamengo sempre Flamengo, ou do Vasco, e de repente rasgar a carteira porque o time perdeu. Eu sou de banda" (uma expressão pernambucana que significa estar ou não estar ao mesmo tempo).
Para Arraes, o PMDB cometeu vários erros históricos no período que antecedeu a Constituinte. Segundo ele, o partido sequer traçou uma estratégia eleitoral em 1986, quando teve tempo para fazê-lo. "Agora, cabe definir as mudanças, estar ao lado do povo e de um novo modelo econômico."
Sobre a atuação de pemedebistas que foram contra os princípios programáticos do partido, Arraes disse encerrar com naturalidade a questão. O PMDB, se-

Empresários elogiam a "estabilidade política"

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte
A decisão da Assembleia Nacional Constituinte, de aprovar cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, significa "mais estabilidade política", o que beneficia o setor empresarial como um todo. A avaliação é do presidente da Companhia Vale do Rio Doce S.A. (CVRD), Agripino Abranches Viana — apoiada pelo presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), Paulino Cicero de Vasconcelos —, e foi feita na sexta-feira, em Belo Horizonte.
"Isso (a definição do mandato do presidente e o fato de a Constituinte caminhar para o seu final) é bom para todos nós, para a Vale e para a Usiminas, na medida em que fixa diretrizes. É claro que temos a perspectiva de mais dois anos de estabilidade política para concluir negócios em andamento", disse o presidente da CVRD.
"Subscribo o que o Abranches disse", afirmou o presidente da Usiminas e presidente licenciado do Partido da Frente Liberal (PFL) em Minas Gerais.
Quem está no dia-a-dia das empresas estatais, porém, acrescentou Cicero de Vasconcelos, enfrenta outro problema que prejudica o bom andamento de seus negócios. Trata-se do "impacto" de um conflito "não

resolvido" em nível federal, que é o da contradição existente entre, de um lado, algumas diretrizes do governo e, de outro, algumas decisões "opostas" tomadas pela Constituinte.
"Acredito, então, que não só a definição do mandato do presidente Sarney mas, também, a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte — lá pelo mês de julho — trazem uma perspectiva de estabilidade de regras que permitirão criar normas para as empresas estatais e para a política de privatização", comentou, em entrevista.
Antes, em pronunciamento feito por ocasião da assinatura de dois contratos de cooperação com a CVRD, o presidente da Usiminas havia dito que "a visita dos diretores da Vale ocorre em um momento em que nossas empresas enfrentam dificuldades até mesmo geradas por certas indefinições políticas brasileiras. Na medida em que a Constituinte caminha e não chega ao fim, ficamos parados, imobilizados em nossas definições estratégicas", afirmou, na ocasião.
"A falta de liberdade de gerência (nas empresas estatais) chega a pontos intoleráveis, às vezes" — tanto no campo salarial quanto na área dos preços e das opções tecnológicas —, acrescentou em seu pronunciamento.

Deputado gaúcho lamenta os cinco anos

por Flávio Porcello de Porto Alegre
O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Algir Lorenzon (PMDB), lamentou a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, assinalando que "esta decisão contraria o compromisso assumido pelo governo da Nova República de efetuar a transição democrática em quatro anos de governo. Com esta lamentável decisão da Constituinte, a memória de Tancredino Neves está sendo desrespeitada", disse ele.
Os 55 deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realizaram uma sessão mais curta na quinta-feira para poder assistir à tarde a transmissão da votação pela Assembleia Nacional Constituinte. "Esta decisão vai prejudicar o País", disse a deputada Ecléa Fernandes

(PMDB), acrescentando que "a credibilidade dos políticos cairá ainda mais". O deputado Mendes Ribeiro Filho (filho do constituinte Jorge Alberto Mendes Ribeiro) disse que "é mais uma evidência do quanto a autoridade formal está distante da autoridade moral neste país".
O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Dagoberto Lima Godoy, classificou de "frustrante" a decisão da Constituinte, e disse que "o atual governo federal tem sido demasiado frouxo diante da crise econômica enfrentada pelo País". Nos meios sindicais também houve fortes críticas. "Se já estava difícil para ele governar quatro anos, imagine cinco", disse o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no estado, Ricardo Baldino.